

Processo de Inclusão Escolar. Aspectos de Escolas Ligadas ao programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência [PIBID] Educação física da Universidade Federal de Santa Maria[UFSM]

Michel Paula Soares

Universidade federal de Santa Maria. (UFSM)

michelpaulasoares2011@hotmail.com

Andrey Lima Goulart

Universidade federal de Santa Maria. (UFSM)

goulartlima@hotmail.com

Chane Basso Benetti

Universidade federal de Santa Maria. (UFSM)

benetticb@yahoo.com.br

RESUMO

Estamos no auge das discussões sobre inclusão, mas pouco se reflete sobre o tema. É relevante pensar no corpo com deficiência e seus meios de comunicação e interação com o mundo, porém não de forma simplista com objetivos de negar as diferenças existentes e andar rumo à igualdade incoerente e padronização de corpos e manifestações. Por isso o presente estudo trata de desvendar se o processo de inclusão defendido por LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 muito discutido no mundo e aqui no que nos compete o Brasil, está sendo realmente acompanhado de um legado satisfatório no sentido de que; mudanças qualitativas realmente estão acontecendo, se a sociedade escolar envolvida está levando veementemente a sério o processo de formação educacional desses cidadãos, no que se refere a parte do governo brasileiro analisaremos nesse levantamento de dados nessas 12 escolas participantes da futura pesquisa se as normativas decretadas estão sendo acompanhadas de investimentos visando melhorar o acesso a inclusão, seja estrutural ou oferecendo formação auxiliar para os antigos professores que desconhecem as profundas ideologias desse novo momento vigente da educação brasileira. Para esse estudo será utilizado as escolas beneficiadas pelo programa institucional de bolsa de iniciação a docência [PIBID] Educação física que possui uma grande relevância enquanto programa de formação

de professores possibilitando a pesquisa e a extensão na Universidade federal de Manta Maria.

Palavras chave

Educação inclusiva; Deficiência, Educação Física.

Introdução

Nas últimas décadas do século XX, o direito de todos à educação foi debatido de uma forma mais integral que nos anos anteriores. A necessidade de constituir uma escola em que a prática pedagógica seja estruturada de modo a contemplar as necessidades de todos, de forma igualitária, foi discutida e assumida a partir de documentos legais nacionais e internacionais, como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). No início deste século, há um incremento da legislação que contempla a pessoa com deficiência, como a Convenção da Guatemala (2001), a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada e incorporada a Constituição como Decreto Legislativo nº 186/2008 (BRASIL, 2008) entre outros dispositivos legais. Segundo o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, aproximadamente 25 milhões de brasileiros declararam possuir alguma deficiência, o que significou um salto de 1,41% em 1991 para 14,5% da população. A principal razão para o grande aumento no número de pessoas com deficiência é a alteração dos instrumentos de coleta de informações, incluindo o modelo social. Por outro lado, a população com deficiência no Brasil tem crescido em decorrência do aumento na expectativa de vida da população, e da violência urbana (assaltos, violência no trânsito, entre outros motivos), alterando paulatinamente o perfil desta população que, anteriormente, era o de deficiências geradas por doenças. Apesar do Brasil, ser um dos poucos países, menos de 50 no mundo, que têm uma legislação específica para este expressivo contingente populacional, ampla e avançada em relação às demais, continuam às pessoas com deficiência a compor as percentagens mais elevadas das estatísticas de exclusão social. Para corroborar esta afirmação basta proceder a análise da baixa presença de pessoas com deficiência em setores básicos que promovem

inclusão formado pelo acesso a escola, pelo acesso ao trabalho, pelo acesso ao meio urbano e rural, aos transportes e pelo acesso aos serviços de saúde e reabilitação. A pobreza e a marginalização social agem de forma mais cruel sobre as pessoas com deficiência. Como consequência, a redução da pobreza também deve ser considerada nas políticas públicas que serão implementadas, como um elemento de redução de desigualdade ou de promoção da igualdade plena e efetiva. O momento político atual de diálogo, pactuação de políticas e de um ambiente propício a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência exige um trabalho urgente de aprofundamento em relação as questões sociais, econômicas e políticas, para sustentar a capacidade de intervir e propor soluções efetivas de inclusão nos mais diversos campos da realização da cidadania desta expressiva parcela do povo brasileiro. Neste contexto, o movimento em defesa dos direitos humanos e de vida independente assume o papel de ser um indutor das transformações sociais visando caminhar para uma sociedade inclusiva garantindo a execução dos Direitos das Pessoas com Deficiência na vida diária da população brasileira. Compromisso com a promoção da qualidade de vida e da dignidade das pessoas com deficiência. Temos a convicção que com o exercício do conhecimento podemos tirar novas conclusões, fazer novas inferências, agregar novas informações, reformular significados. Ao exercitar o conhecimento, ele se consolida e cresce. Este é o início de um processo que necessitará um grande esforço de todos para vivermos plenamente um mundo possível: a sociedade como um grupo harmonioso e acolhedor. A inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino está baseada nessa perspectiva de educação para todos, pois, ao serem feitas adaptações pedagógicas para um aluno que tenha algum tipo de deficiência, leva-se em conta distintas formas de aprender e de ensinar. Pensando em como realizar da melhor maneira as práticas inclusivas para essas pessoas, de forma a desenvolver suas potencialidades, busca-se também a qualidade do ensino para todos os estudantes, independentemente de terem ou não deficiência. O uso de estratégias de ensino adequadas a diferentes tipos de necessidades específicas de aprendizagem só vem a contribuir para o desenvolvimento de todos os estudantes envolvidos no processo, ou seja, indivíduos com diferentes deficiências ou necessidades educacionais específicas, de diferentes origens socioeconômicas e contextos culturais distintos, com habilidades igualmente distintas entre si, poderão

beneficiar-se de estratégias didático-metodológicas heterogêneas; afinal, em uma escola cada vez mais plural e democrática, não se pode supor que exista uma única forma de ensinar e aprender. Quanto a área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com a pessoa portadora de deficiência e outras necessidades especiais. Por isso sabemos que, muitos professores de Educação Física hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a Inclusão. Sabemos também que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno portador de uma deficiência e por vários motivos, entre eles, porque os professores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades daqueles alunos e porque os escolares que não têm deficiência não foram preparados sobre como aceitar ou brincar com os colegas com deficiência. A Educação Física Adaptada "é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características. Sendo assim os objetivos desse trabalho é desvendar se o processo de inclusão de pessoas com de deficiência no sistema regular de ensino está sendo acompanhado de interação entre o grupo escolar alunos professores etc. Também busca entender se o processo de ensino e aprendizagem está sendo eficaz nesse novo contexto. coletaremos informações, conhecimentos e opiniões dos alunos, pais, e professores investigaremos se o governo brasileiro está investindo mais recursos para que essas escolas consigam se adaptar as necessidades de todos os alunos .Estudando a historia nos permite conhecer características sociais marcantes de épocas anteriores e ao mesmo tempo fazer comparações com o hoje.com isso veremos como era o tratamento e inclusão na sociedade de pessoas com deficiência em algumas fazes deséculos anteriores como na historia Antiga e medieval as pessoas com deficiência, via de regra, receberam dois tipos de tratamento quando se observa a história Antiga e medieval, a rejeição e eliminação sumária, de um lado, e a proteção assistencialista e piedosa, de outro. Na Roma Antiga, tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma forma, em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência eram lançados ao

mar ou em precipícios, também essas pessoas podiam ser comercializadas para fins de prostituição em bordéis, também eram usadas para trabalhar em circos muitas vezes sendo ridicularizadas. Veremos como foi o tratamento humano de pessoas com deficiência em outro momento histórico chamado de Cristianismo; quando estudamos a historia fica claro que os momentos não são lineares não seguem uma linha, mas sim tendo variações e mudanças e revira voltas marcantes nesse momento historio ocorreu mudanças significativasna forma como se tratava pessoas com deficiência. Nesse contexto, vai ganhando força o conteúdo da doutrina cristã, voltado para a caridade, humildade, amor ao próximo, para o perdão das ofensas, para a valorização e compreensão da pobreza e da simplicidade da vida. Estes princípios encontraram respaldo na vida de uma população marginalizada e desfavorecida, dentro da qual estavam aqueles que eram vítimas de doenças crônicas, de defeitos físicos ou de problemas mentais. A influência cristã e seus princípios de caridade e amor ao próximo contribuíram, em particular a partir do século IV, para a criação de hospitais voltados para o atendimento dos pobres e marginalizados, dentre os quais indivíduos com algum tipo de deficiência. No século seguinte, o concílio da Calcedônia (em 451) aprovou a diretriz que determinava expressamente aos bispos e outros párocos a responsabilidade de organizar e prestar assistência aos pobres e enfermos das suas comunidades. Desta forma, foram criadas instituições de caridade e auxílio em diferentes regiões, como o hospital para pobres e incapazes na cidade de Lyon, construído pelo rei franco Childebert no ano de 542 (Silva, 1987). Com isso hoje percebemos que a humanidade evoluiu em vários sentidos, na superação de crenças “da morte” onde famílias matavam ou abandonavam filhos que nascessem com algum tipo de deficiência, no descredito de crenças que prejudicavam os seus pares. A historia humana desde os primórdios nos revela oque foi a luta pela sobrevivência e cidadania deste grupo populacional que possuía algum tipo deficiênciiao longo da história a superação da invisibilidade foie ainda é algo bastante difícil deromper. Essa breve exposição citada acima foi para integrar o leitor no assunto e principalmente para fazer comparações de alguns momentos do passado com dias atuais após o século XX. Após marcos importantes do passado conheceremos desafios dos tempos atuais que costumamos chamar demodernidade ao falar doséculo XXI, tendo como ponto de partida o processo de inclusão de pessoas

portadoras de deficiências com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de ensino, e por isso inclui a Educação física escolar. Falando sobre debates e opiniões sobre o processo de inclusão ao longo dos tempos algo não pode deixar de ser mencionado quemarcou de 7 a 10 de junho 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a Declaração de Salamanca, trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Pode-se dizer que o conjunto de recomendações e propostas da Declaração de Salamanca, é guiado pelos seguintes princípios: Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos; Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais; A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola; O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças. A Declaração de Salamanca repercutiu de forma significativa, sendo incorporadas as políticas educacionais brasileiras. Estamos no auge desse processo de inclusão onde ainda hoje divide muitas opiniões. Para Cardoso (2003) a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, Constitui uma perspectiva e um desafio para o século XXI, cada vez mais firme, nos diferentes sistemas e níveis educativos. No que se refere, especificamente, às pessoas com necessidade especiais e aos cursos de Educação Física, assunto ligado a este estudo, CidadeFreitas (2002) afirmam que: No que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdo/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão. Referente a isso esse trabalho busca descobrir se essas mudanças diretamente falando do processo de inclusão difundido está sendo levado a sério pelos responsáveis pela educação escolar e pela educação cidadã onde me refiro diretamente aos professores pais ou responsáveis dessa grande população envolvida.

Justificativa

O processo de inclusão escolar é eminente, mas pouco se reflete sobre quais os impactos desse novo modelo escolar. Por isso procuro nesse trabalho desvendar se o processo de inclusão está realmente sendo gratificante para a sociedade estudada no âmbito de desvendar se esse novo modelo de escola, está sendo acompanhado de legados satisfatórios no sentido de que; mudanças qualitativas realmente estão acontecendo? Se a sociedade escolar envolvida está levando veementemente a sério o processo de formação educacional desses cidadãos? No que compete aos deveres para com a educação do governo brasileiro analisaremos nesse levantamento de dados nessas 12 escolas participantes da futura pesquisa se as normativas decretadas estão sendo acompanhada de investimentos visando melhorar o acesso a inclusão seja estrutural ou oferecendo formação auxiliar para os antigos professores que desconhecem as profundas ideologias desse momento histórico. Para a formação acadêmica esse estudo será um elo entre a pesquisa e a extensão critérios fundamentais e objetivos do programa PIBID da Universidade Federal de Santa Maria. Diversos indicadores expõem a precariedade da educação nacional: o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; o desempenho insatisfatório. Dos alunos em testes como Provinha Brasil, Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino médio e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica; as altas Taxas de reprovação escolares e o déficit docente no Ensino Médio, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência é instituído em dezembro de 2007 pelo Ministério da Educação com o propósito de fomentar a iniciação à docência de estudantes de educação superior, aprimorando lhes a qualidade da formação docente em curso presencial de licenciatura de graduação plena e de contribuir para a elevação do padrão de qualidade da educação básica nacional defende a necessidade de relacionar teoria e prática e a superação da ideia de pacotes didáticos como forma de fazer ensino e despertar aprendizagens. Para ele, é preciso “criar condições de criatividade, via pesquisa, para construir soluções, principalmente diante de problemas novos para os professores, os saberes adquiridos através da experiência profissional constituem os fundamentos de sua competência”. Baseando-se nesses saberes, o professor faz um julgamento de valor da sua formação ao longo de sua profissão. Os saberes experienciais são paulatinamente construídos na relação dos professores jovens, com os professores experientes, na troca de informações sobre os alunos, na

partilha dos saberes uns com os outros, através do material, até dos modos de fazer e organizar a sala de aula, etc. O atual contexto social exige a formação de um profissional cada vez mais qualificado para atuar diante das didáticas exigências da sociedade. No processo de formação de uma docência de qualidade analisa-se a necessidade da aproximação à realidade do campo de intervenção. Essa aproximação facilita a compreensão dos futuros docentes sobre seu papel social, o conhecimento das características do lugar em que desempenharão suas atividades profissionais e, assim, proporcionando condições para intervirem seguros nestes espaços. Na graduação muitas vezes não é possível ter uma noção das demandas provenientes do campo escolar. Nesse sentido, é urgente que as instituições tomem conta da complexidade da formação e da atuação consequentes desse profissional. Diante desse contexto, a fim de valorizar o magistério e apoiar estudantes de licenciatura, buscando ampliar e promover oportunidades adicionais para a melhor formação de docentes surge no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria o Programa institucional de bolsa de iniciação a docência [PIBID]. Que é uma “fonte” de conhecimentos inesgotáveis onde aproxima a universidade das Escolas alimentando a pesquisa e a extensão, onde busca incentivar e qualificar a formação dos futuros licenciados em Educação Física hoje acadêmicos que se inserem nas realidades escolares levando conhecimentos atuais motivando os alunos e os professores atuantes nas escolas, os conhecimentos que são ofertados são devidamente sistematizados guiados por teorias da educação física onde essas norteiam grande parte do trabalho docente. Portanto tendo como ponto de partida o processo de inclusão o trabalho será conduzido nas entrelinhas desse estimado projeto onde nos levará a pesquisa nos públicos das escolas por ele beneficiadas. Muitas dessas instituições escolares que serão estudadas encontram-se com problemas financeiros onde seria necessário mais investimentos dos órgãos responsáveis pela educação nacional, com esses recursos reforçaria e colocaria em prática mais rapidamente mudanças estruturais condição fundamental para o acesso de pessoas por exemplo: deficientes físicas, visuais, auditivas etc, mas não somente cidadãos com esses tipos de deficiência citadas, mas de todas as outras que as escolas tem o dever de acolher e se adaptar para cumprir seu papel social promovendo também a liberdade e a igualdade .

PROBLEMA

Devido a inúmeras discussões sobre o processo de inclusão escolar, onde muitas pessoas divergem sobre o assunto, argumentando sobre fatores determinantes que marcam a sociedade brasileira, questões como estrutura precária das escolas, poucos investimentos em reformas e em outras verbas destinadas a educação, desconhecimento por parte de uma grande parcela da comunidade escolar sobre as importantes ideologias da inclusão escolar. Por esses e outros fatores grande parte das pessoas ligadas ao sistema educacional brasileiro sentem-se inseguros ao receber a inclusão escolar, muitas vezes alegam que não receberam em sua formação qualificação para lidar com tamanhos desafios, por outro lado temos fortes argumentos de pessoas defendendo esse novo processo difundido no Brasil, pois acreditam que a escola tem o dever desde sua criação de proporcionar a liberdade e igualdade no âmbito de cumprir seu papel social. Muitas das pessoas questionam se a sociedade escolar brasileira está preparada para acolher pessoas com deficiência, porque muitas vezes faltam investimentos até pra merenda escolar, mas de fato a inclusão está batendo na porta das instituições desse país, que por sua vez tem o dever de assegurar o acesso a educação, para esses diferentes tipos de cidadãos, classe social, raça, cultura etc. Para que os alunos em geral não serem rejeitados ou havendo pouca interação entre eles, é importantíssimo e urgente que a comunidade escolar qualifique seus educadores nesse novo contexto, para que os professores consigam elaborar estratégias didáticas pedagógicas para que aconteça a interação, e agregado a isso haja uma rica troca de cultura elevando assim os conhecimentos dos próprios alunos. Para que esse novo sistema seja eficaz o governo precisa investir em políticas públicas que contemplem essas novas características do sistema educacional deste país. Para que isso proporcione segurança as pessoas diretamente afetadas por esse novo patamar, é importante que as pessoas que estão se adaptando a esse novo processo encare o desafio, porque do contrario esse novo cenário trará transtornos imensuráveis para os indivíduos que lutam há muitos anos contra a “invisibilidade” conseguindo aos poucos seus lugares na sociedade, que já a muito tempo trata essas pessoas como um caso a parte na sociedade mundialmente falando. Nos dias atuais pessoas portadoras de deficiência por direito não apenas buscam condições

de ir e vir, mas buscam também seus devidos lugares no mercado de trabalho, por isso e muito mais, é de suma importância que todas as pessoas responsáveis pela educação escolar sintam-se acolhidos e satisfeitos com os novos rumos que lhe foram impostos, portando fica a grande duvida a inclusão escolar não se tornou exclusão escolar?

OBJETIVO GERAL

Verificar que tipos de impactos sobre a educação o processo de inclusão escolar está proporcionando, nas escolas ligadas ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência [PIBID] Educação Física, da Universidade Federal de Santa Maria [UFSM].

Objetivos específicos

verificar se a comunidade escolar está levando veementemente a sério o processo de inclusão escolar.

Identificar o entendimento dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais sobre o processo de inclusão escolar vigente.

verificar os procedimentos metodológicos utilizados pelos professores de Educação física utilizados desvendando se está sendo eficaz na integração entre os alunos.

Analisar as formas das possíveis interações entre os alunos portadores de necessidades educacionais especiais com os alunos não portadores de deficiência.

Identificar se as diferentes regiões onde as escolas se encontram algumas marginalizadas interferem danificando o processo de integração por parte dos alunos.

Possível referencial teórico

Para situarmos sobre o processo de inclusão tanto no Brasil quanto em países desenvolvidos levando em consideração que esse é um assunto muito discutido ao

redor do mundo em diferentes e estágios dos distintos momentos históricos onde o homem exibe suas diferentes formas de ver o mundo dentro disso suas relações ideológicas entre seus pares conforme Sasaki (1997):,” a inclusão social vem acontecendo e se efetivando em países desenvolvidos desde a década de 80”.quanto para Aguiar (2002; 2004):

No Brasil foi só a partir da Constituição da República Federativa de 1988 que aumentou o número de estudos voltados para essa área. Ainda segundo Aguiar, no campo da educação formal eles começaram a ocorrer, de forma mais sistemática, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1991.

Quando falamos em inclusão escolar voltamos os olhares para área objetivo desse estudo trazemos discussões voltadas para a área da educação física onde nos remete indagações sobre formas de se elaborar um trabalho consistente onde haja integração, para o autor Costa e Bittar 2004):

Conceituam atividade física e/ou esportiva inclusiva como toda e qualquer atividade que, ao levar em consideração as potencialidades e as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propicia aos mesmos efetiva participação nas diversas atividades físicas (como nas esportivas, recreativas, danças e ginásticas) e, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento de suas competências.

Para acrescentar ideias sobre um dos temas bastante discutidos na educação física brasileira onde muitas vezes professores em geral possui grande dificuldades na aceitação em associar teoria e pratica, muitas vezes partindo apenas para apenas um dos elos nos seus planos de ensino com isso discute o autor Demo (2000):

Defende a necessidade de relacionar teoria e prática e a superação da ideia de pacotes didáticos como forma de fazer ensino e despertar aprendizagens. Para ele, é preciso “criar condições de criatividade, via pesquisa, para construir soluções, principalmente diante de problemas novos”.

Elenor Kunz, idealizador da abordagem crítico emancipatória, valoriza a formação do cidadão e da sustentabilidade da sociedade, com amparo nos princípios da ética e da responsabilidade social já que as ações propostas poderão ser suportes para não somente a melhoria da qualidade de formação dos bolsistas envolvidos como também pode ter impactos positivos nas ações da escola e qualidade de ensino. Desse modo, a pesquisa ocorre como um principio educativo, servindo como forma de auxiliar na formação do futuro profissional. Juntamente disto, entendemos que a escola possui um papel de construção e entendimento do conhecimento, fugindo da mera reprodução do movimento humano (prática pela prática). Kunz relata que:

Possibilitando a instrumentalização dos alunos, para além das capacidades de conhecimentos, que lhes possibilitem a praticar o esporte como instrumento para o desenvolvimento da capacidade de conhecer, reconhecer e problematizar os sentidos e significados da vida, refletindo acerca deste, em um processo comunicativo, para todo o seu relacionamento com o mundo social, político, econômico e cultural. (Kuns, 1994).

Partindo da concepção de formar indivíduos criativos autônomos surgiram no Brasil pensadores que defendem que a educação deve ser libertadora muitas vezes redentora, no âmbito que é imprescindível que o indivíduo seja capaz de tomar decisões e ser crítico questionando aquilo que lhe é imposto possibilitando assim sua emancipação intelectual e social com isso discorre o autor da abordagem crítico emancipatória Kunz [1994]:

O através do ensino crítico, que os alunos passam a compreender a estrutura autoritária dos processos institucionalizados da sociedade e que formam as falsas convicções, interesses e desejos. Desta forma, a missão da Educação crítica é promover condições para que estas estruturas autoritárias sejam suspensas, e o ensino encaminha no sentido de uma emancipação.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, um estudo descritivo, utilizando os procedimentos de observação e de análise do discurso, partindo do entendimento de Molina (2004), pois a mesma compreende atividades de investigação e descrição dos traços específicos e comuns com o objetivo de atingir uma interpretação da realidade pesquisada pelo viés qualitativo. Método de procedimentos: para o presente estudo; pretendo utilizar como embasamento os métodos histórico e monográfico. O histórico a partir da evolução histórica social do processo de inclusão de indivíduos portadores de deficiência. Monográfico que será utilizado para estudar os indivíduos que participaram da pesquisa, sendo profissionais professores, pais e alunos. As Técnicas de pesquisa que serão utilizadas nesse trabalho serão; Pesquisa de campo observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, mas não é uma simples coleta de dados, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam o que deve ser coletado. Exige uma pesquisa bibliográfica prévia. Observação Direta intensiva dentro disso entra a entrevista: é um encontro entre duas pessoas para que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto., são seis tipos

objetivos: averiguação de fatos; determinação das opiniões sobre os fatos; determinação de sentimentos; descoberta de planos de ação; conduta atual ou do passado; motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas. Os procedimentos escolhidos para este trabalho serão de suma importância para a execução da pesquisa propriamente dita, por que serão eles que guiarão o pesquisador rumo a descoberta dos objetivos de sua investigação, proporcionando possíveis soluções para os prováveis danos encontrados, condição fundamental que o processo de pesquisa e extensão proporcionados pelo programa institucional de bolsa de iniciação a docência, esse projeto é um dos mais importantes já elaborados pelo sistema responsável pela educação brasileira, por possibilitar ganhos de conhecimentos imensuráveis levando e trazendo novos conceitos pra Universidade enriquecendo a formação acadêmica .

População/Participantes

Aspira-se realizar o estudo com o publico de 100 alunos,50 professores e 25 pais ou responsáveis pelos alunos beneficiados pelo [PIBID] Educação física, programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência da Universidade Federal de Santa Maria [UFSM]. Que conta com 4 diferentes sub projetos ligados ao CEFD centro de educação física e desportos onde os acadêmicos recebem bolsa e atuam com uma docência precoce enriquecendo sua formação. Os projetos “PIBIDs” são anos iniciais que se trata da educação infantil, projeto anos finais do ensino fundamental, projeto ensino médio ,e por ultimo projeto interdisciplinar, cada projeto agrega 76 bolsistas no total, distribuídos em 12 escolas estaduais de Santa Maria RS, os bolsistas estão distribuídos em com 1 professor universitário coordenador geral para cada projeto e 3 escolas beneficiadas cada uma com um 1 professor da escola supervisor responsável pelos bolsistas acadêmicos. No total esses projetos contam com 76 bolsistas contendo coordenadores, supervisores, e acadêmicos bolsistas e cerca de 500 alunos escolares que recebem minicursos extra aula .

RESULTADOS ESPERADOS

Pretende-se com esse estudo expor as características do processo de inclusão vigente, partindo de entrevistas, depoimentos, opiniões, acesso a orçamentos destinados as escolas para obter provas do verdadeiro legado que esse novo processo está construindo na comunidade escolar. Partindo do publico envolvidos na pesquisa, e de análise de documentos em posse das escolas. Tambémpretende-se reafirmar a estabilidade e importância do Programa Institucional de Bolsa de iniciação a Docência [PIBID] para a formação dos futuros docentes, onde possibilita o ensino a pesquisa e a extensão possibilidade que qualifica e incentiva a educação brasileira, não só para os acadêmicos bolsistas, mas também para toda equipe envolvida, motivando antigos professores escolares que muitas vezes desconhecem as recentes ideologias sobre o ser professor e sobre o papel da educação, esses bolsistas junto com embasamento teórico e auxilio estrutural da Universidade Federal de Santa Maria, tem o dever de levar para os alunos beneficiados conhecimentos novos sobre Educação Física e do mundo, com isso e muito mais estarão contribuindo para a sua formação e impulsionando a educação brasileira, que recebe definição como precária onde em seguida acontece cortes em verbas destinadas a formação educacional cidadã, lamentável pois é devido ao nível de formação educacional das pessoas que formaremos indivíduos autônomos intelectualmente, condição indispensável para seu desenvolvimento e destaque na sociedade. Portando com essas novas características de cidadãosque pretendemos formar capazes de tomar suas próprias decisões, sendo capazes de entender o mundo como um todo, respeitando as diferenças sociais valorizando a vida e suas diferenças .Com isso certamente estamos construindo e lutando por uma sociedade mais justa, onde constitui seus direitos e deveres valorizando o próximo, por fim espero que com esse trabalho consiga descobrir se o processo de inclusão escolar busca realmente romper com o preconceito que fomenta a desigualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar. Educação inclusiva: um estudo na área da Educação física.Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo>.

Brasil. Corne coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em:<http://portal.mte.gov.br>

Brasil (2012). Ministério da Educação. Brasília (DF): Disponível em:<http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 13 agosto de 2015.

Capes. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pibid- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

Demo, PedroTempo Brasileiro (1994). Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Disponível em:<http://www.scielo.br>

Decreto legislativo, (2008).Nº 186 Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

Cardoso, Aspectos históricos da educação Especial: da exclusão à inclusão uma longa caminhada. Rev. Educação, Porto Alegre: PUCRS, Disponível em: <http://pedagogiaaopedaleta.com>

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br>

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br>

Silva, M. O. E. (2001). A análise de Necessidades de Formação na Formação Contínua de Professores: Um Caminho para a Integração Escolar. São Paulo: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br>

Unesco. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

Kunz, Elenor, (1994). Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí.